



O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados, destinada a debater a proposta do Governo brasileiro para a 25ª Conferência das Partes — COP25 sobre mudança do clima.

O requerimento para a realização deste evento é de autoria do Deputado Nilto Tatto, que justificou a ausência em razão de estar participando das atividades do Sínodo da Amazônia.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo, pela Internet, e será gravado para ser exibido posteriormente na grade da *TV Câmara*.

Daremos a cada convidado o tempo de 10 a 15 minutos para fazerem suas apresentações. Mas, peço que fiquem à vontade para se estenderem um pouco mais, a fim de concluírem suas ideias e seus raciocínios.

Quero fazer um agradecimento especial a todos os expositores.

Convido para compor a Mesa: o Sr. Claudio Angelo, Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima; o Sr. Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores — MRE, representando o Ministro; o Sr. Roberto Castelo Branco Coelho de Souza, Secretário de Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente — MMA; e o Sr. Oswaldo Lucon, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima — FBMC.

Quero agradecer a todos e convidá-los para comporem a Mesa, a fim de fazermos um debate enriquecedor sobre o tema. *(Pausa.)*

O primeiro palestrante será o Sr. Oswaldo Lucon, Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

O SR. OSWALDO LUCON - Boa tarde. Muito obrigado, Deputado Rodrigo Agostinho. É uma satisfação estar aqui.

Quero saudar o Claudio Angelo, o Leonardo Cleaver e o Roberto Castelo Branco, com quem tenho ótima interlocução.

Quero também saudar todos que estão assistindo a este encontro.

Tomo a liberdade de me apropriar das reuniões e chamá-las de reunião do Fórum. Aí eu fico com um monte de reuniões realizadas. É um indicador de desempenho. *(Risos.)*



O Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, o qual coordeno, é um espaço de articulação da sociedade civil que fornece orientações consultivas ao Governo — não somente ao Governo Federal, mas também a outros entes da Federação. O Fórum visa à conscientização e mobilização para a discussão e tomada de posição com foco em mudança do clima. Sua base legal está numa série de decretos. O primeiro deles é do ano 2000 e é um instrumento institucional da Política Nacional de Mudança do Clima.

O Fórum é encabeçado pelo Presidente da República, que nomeia o Coordenador-Executivo, antes Secretário-Executivo. Desde que foi criado, eu sou o quarto coordenador. Fui precedido por Fábio Feldman, Luiz Pinguelli Rosa e Alfredo Sirkis. Nós temos uma composição bastante ampla, formal, com autoridades ministeriais e representantes da sociedade, e uma forte integração com o braço técnico-científico da Política Nacional sobre Mudança do Clima, que é o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas, criado por uma portaria interministerial dos Ministérios do Meio Ambiente e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

O Fórum não tem uma personalidade jurídica, não administra nenhum recurso diretamente. Sou remunerado pelo Governo do Estado de São Paulo, onde sou concursado desde 1992. Historicamente o Fórum funciona a partir de aportes governamentais e privados. Atualmente recebemos, além do apoio da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, o apoio bastante reconhecido do Instituto Clima e Sociedade e do Instituto Movimento Cidades Inteligentes. Desde já, agradeço.

Eu gostaria de fazer um pedido ao Deputado para considerar uma emenda parlamentar para o ano que vem, a fim de manter o Fórum vivo. Eu o assumi exatamente por acreditar nele como instituição, por acreditar na ciência, por acreditar no multilateralismo. Essa é a premissa do trabalho que imprimo ao Fórum, e o Governo me deu autonomia para isto, para reconhecer a melhor evidência científica — eu sou autor do IPCC, o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, desde 1996 —, fortalecer todas as nossas instituições, o Estado Democrático de Direito e toda a nossa governança climática.

Acredito muito na cooperação para o cumprimento dos acordos multilaterais na área de clima: a Convenção do Clima, o Protocolo de Kyoto, o Acordo de Paris e tudo o que vier. Cooperação implica reconhecer que o nosso compromisso é nacional, não federal, e



que a Convenção do Clima é multilateral. Ela não é nem soberanista, nem globalista. Isso traz em seu bojo uma atuação politicamente neutra, exceto pela defesa da evidência do aquecimento global, e intrinsecamente apartidária, reforçando a nossa Contribuição Nacionalmente Determinada — NDC.

Temos vários desafios. O primeiro é o que todos têm: o financeiro. Mas também acho muito importante fortalecer os canais de interlocução. Estamos sempre abertos a conversar com todas as visões possíveis. Passo muito tempo ao telefone nesta era de redes sociais. Aliás, fico mais ao telefone do que conectado às redes sociais. Buscamos produtos que tenham boa aceitação, tanto pelo Governo, quanto pela sociedade. Temos realizado alguns encontros, como a Climate Week e vários outros pequenos encontros. Tivemos um com os jovens, semana passada, sobre as regras da Chatham House, e foi muito interessante. Além disso, há essa interação difusa que eu mencionei.

Planos para a próxima conferência do clima, a COP25. Como eu já falei, toda essa atuação depende de recurso, de espaço físico e da legitimação do Fórum, pela presença dos interlocutores. É muito importante lembrar que a agenda climática não se resume às COPs. Todo ano, a COP parece um circo de Fórmula 1, em que todos se arrumam, vão lá, participam e, quando chega o Natal, a agenda climática é deixada em segundo plano. Ela é a expressão das negociações. São eventos extremamente importantes. Neste, vamos discutir aspectos de financiamento, o art. 6º do Acordo de Paris, cuja arquitetura depende muito dessa COP e desse primeiro ciclo que se encerra agora, em março de 2020. Por isso, as nossas expectativas e todos os nossos esforços são para que tenhamos eventos com a presença de Governo e representantes da sociedade, uma participação ativa, dentro dos nossos limites físicos. Esperamos uma ampla comunicação, em sintonia com aquilo que estiver acontecendo nas negociações. Por isso, faço um apelo principalmente aos nossos negociadores para que nos mantenham informados.

A vida continua após a COP, e pretendemos fazer algumas devolutivas. Queremos estruturar o Fórum e o Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. Acima de tudo, pretendemos avançar no cumprimento dos nossos compromissos junto ao Acordo de Paris, identificando os *entry points*, as brechas de oportunidade; fazer os aconselhamentos sobre riscos e principalmente mensagens que não tenham uma ressonância positiva junto à sociedade e aos mercados; melhorar a interlocução e aumentar o número de pontos focais dentro do Governo — eu agradeço muito aos que já



se prontificam a conversar conosco; promover uma articulação subnacional em governança multinível. Este é o último ponto: subnacional. Vale lembrar que o Brasil é parte do Acordo de Paris, o Brasil não saiu do Acordo de Paris, e a nossa NDC é nacional, ela depende de um esforço conjunto. Para isso, contem com o apoio do Fórum Brasileiro no que for possível.

Aqui estão os *links*. Temos uma página no Facebook com poucos *likes* — não tem problema. Temos uma página da Internet com o resgate dos trabalhos anteriores do Fórum, antes de eu entrar como Coordenador-Executivo. Estão todos lá, reconhecidos. Nós damos uma solução de continuidade. E há um telefone para contato. Estamos prontos para conversar com cada um.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Agradeço ao Oswaldo, que é Coordenador-Executivo do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima.

Passo a palavra ao Leonardo Cleaver, que é Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, para suas considerações.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE - Muito obrigado, Deputado.

Senhoras e senhores, Parlamentares, público representante da sociedade civil, eu queria primeiro dizer que é um prazer e uma grande honra comparecer a esta audiência pública em nome do Ministro das Relações Exteriores, participar desse diálogo com os senhores sobre um tema tão importante e tão relevante não apenas para o Brasil, mas para toda a comunidade internacional, que é a mudança do clima.

Eu entendo que a agenda está voltada para a COP25, em Santiago, a 25ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas. A minha ideia seria procurar explicar para os senhores o que deve ocorrer, em geral, nesta Conferência das Partes, quais são os grandes temas. Não terei condições de falar exaustivamente sobre todos, porque a pauta do regime de mudança do clima é muito extensa. Portanto, vou me concentrar nos tópicos mais importantes. Vou aproveitar também para, depois, falar um pouco mais, de uma forma bem geral, sobre o que eu entendo que sejam os grandes desafios que o regime de mudança do clima deverá enfrentar de agora em diante, inclusive depois da COP25. Eu também falarei, certamente, das posições que o Governo brasileiro tem defendido no processo preparatório para a COP e que pretende levar para a Conferência.



Em primeiro lugar, é muito importante que se tenha presente que, quando se fala de mudança do clima hoje, geralmente ouvimos apenas falar do Acordo de Paris, como se o regime de mudança do clima se limitasse a isso. O que as pessoas não têm presente é que, na verdade, o Acordo de Paris é apenas o futuro, é o que está por vir, é o que ainda tem que ser implementado. Vai começar a ser implementado a partir do próximo ano.

Além do Acordo de Paris, também existe a Convenção-Quadro da ONU sobre mudanças do clima, da qual o Acordo de Paris é um instrumento, e também existe o Protocolo de Kyoto.

O regime passou por uma transformação muito grande, com a negociação do Acordo de Paris. É um instrumento que segue uma abordagem bastante diferente da que prevalecia antes sobre o Protocolo de Kyoto. É uma abordagem chamada em inglês de *bottom-up*, que é feita de baixo para cima, que dá muita liberdade às partes da Convenção para definirem de que maneira elas pretendem contribuir para combater o problema de mudança do clima. Agora, esse regime está passando da fase de negociação para a fase de implementação. Houve anos e anos de negociações, primeiro com a negociação do Acordo de Paris, que acabou sendo aprovado em 2015. Depois, negociou-se o chamado Livro de Regras de Paris, que seria a regulamentação do Acordo de Paris. A negociação da maior parte disso foi concluída em Katowice, na Conferência das Partes realizada ano passado na Polônia, ficando em aberto apenas um aspecto do livro de regras que diz respeito aos mercados de carbono, sobre os quais eu falarei. A ideia é que a negociação seja concluída agora, em Katowice.

Vocês estão me ouvindo bem? O.k.

A ideia é que se conclua a negociação desse item pendente do Livro de Regras em Santiago. Na verdade, a negociação propriamente dita deve dar um tempo agora, no âmbito do regime, vamos passar para a fase de implementação dos compromissos assumidos, ao amparo do Acordo de Paris.

Na COP de Santiago, dois temas devem dar mais trabalho, que os negociadores gostam de chamar de temas da meia-noite. São aqueles assuntos que, de tão complexos e controvertidos, por vezes levam os negociadores a ter que virarem a noite para conseguir concluir a negociação. Há dois temas da meia-noite na mesa. Um deles é um assunto no qual o Brasil não tem um protagonismo muito grande, que é o chamado tema das perdas e danos, *loss and damage*, em inglês. É um assunto que, na verdade, tende a



contrapor mais os pequenos Estados insulares e os países desenvolvidos. Aí está em jogo, essencialmente, uma demanda, uma reivindicação dos pequenos Estados insulares por algum tipo de compensação pelos danos irreversíveis que eles entendem que já teriam sido causados ao meio ambiente pelas emissões de gases de efeito estufa e pela mudança do clima que decorreu dessas emissões. Essa é uma pauta muito difícil, e há uma negociação forte nesse tema. O Brasil, de maneira geral, apoia os pequenos Estados insulares nos seus pleitos. Nós entendemos isso até mesmo como um subcapítulo do tema de adaptação, que é outro assunto muito importante da Convenção, sobre o qual eu falarei.

No segundo assunto nós somos, sim, muito protagonistas, e ele diz respeito a mercado de carbono. É justamente o último item pendente do pacote de Katowice, o art. 6º do Acordo de Paris. Nesse assunto, tem havido um interesse grande, uma participação muito ativa da delegação brasileira, não só nas reuniões dos órgãos subsidiários da Convenção, mas também na própria COP. Nesse tema do art. 6º, há basicamente três mandatos sobre os quais estão ocorrendo negociações. Talvez os senhores tenham uma noção geral do que seja o mercado de carbono. Ele é um aspecto do regime de mudança do clima que foi introduzido na época do Protocolo de Kyoto. Trata-se da instituição de um mecanismo de mercado que pudesse assegurar o cumprimento pelos países das suas metas de mitigação da maneira mais custo-efetiva possível.

Então, foi admitida a possibilidade de um esquema pelo qual os países pudessem comercializar os seus resultados de mitigação. Um país que, grosso modo, tem mais dificuldade para conseguir cumprir a sua meta de mitigação, sua meta de redução de emissão de gases, ciente de que não vai conseguir cumprir, então faz uma transação para adquirir o excedente de outros países que tenham conseguido cumprir suas metas e com folga. Então, essa é a ideia geral por trás do instrumento de mercado de carbono que foi estabelecido no âmbito do regime.

No Protocolo de Kyoto, havia três esquemas desse tipo, sendo o mais importante e muito caro ao Brasil o MDL — Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, que inclusive foi criado a partir de uma proposta brasileira, pelo qual os países desenvolvidos financiavam projetos ambientais em países em desenvolvimento e, com base nisso, podiam adquirir um crédito de carbono para abater das suas metas de mitigação.



No Acordo de Paris, a ideia é que se estabeleçam três mecanismos. Um deles seria o chamado "mandato do art. 6.2". Esse artigo estabelece um mandato para que se negociem regras de contabilidade que teriam de ser respeitadas por países partes da convenção que queiram fazer troca de resultados de mitigação. Então é uma regulação do comércio de emissões. E a ideia é ter regras de contabilidade robustas para evitar fraudes, para assegurar, quando determinado país comprar mesmo um resultado de mitigação de outro país, que isso se reflita, de forma muito clara e transparente, nos relatórios de cumprimento do acordo que os países têm que apresentar perante a convenção, de maneira a deixar claro que não houve dupla contagem de emissões, que dois países não estejam contabilizando ao mesmo tempo o mesmo resultado de mitigação. Esse é mandato do 6.2.

Aliás, nessa negociação o Brasil tem defendido o cumprimento estrito desse mandato. Nós achamos que é importante que haja regras robustas mesmo, e, na verdade, não são todos os países que concordam com isso. Vários países, inclusive países desenvolvidos, querem uma espécie de selva, em que todo mundo, todo e qualquer país possa fazer o que bem entender, bolar os seus próprios métodos de contabilidade e, mediante acordos bilaterais, botar o que quiser nos relatórios. Nós entendemos que, se isso for feito, vai inviabilizar o sistema, vai minar a credibilidade do instrumento de mercado de carbono.

Além disso, nós achamos que é muito importante também que esse instrumento dê apoio aos objetivos de adaptação do regime de mudança do clima. Ou seja, defendemos que seja cobrada uma taxa sobre essas transações para que os recursos possam, então, alimentar um fundo de adaptação voltado para o financiamento de projetos em países em desenvolvimento, para que eles possam se adaptar aos efeitos adversos da mudança do clima.

O segundo mandato é o chamado "mandato 6.4." Esse mandato tem por objetivo negociar um novo mecanismo, o MDS — Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável, que substituiria o MDL — Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. O Brasil tem atuado como protagonista nessa negociação. Nós somos demandantes, tivemos e continuamos tendo uma experiência muito positiva com o MDL. Muitos projetos ambientais importantes foram realizados no Brasil, há o amparo do MDL, e entendemos que o MDS, no contexto do Acordo de Paris, também poderá dar uma contribuição muito importante. Nós



entendemos que é um instrumento que principalmente nos ajudará a engajar o setor privado brasileiro, a indústria brasileira em projetos importantes de mitigação. Mas achamos que é importante que o mecanismo de fato funcione bem e estabeleça incentivos reais para que as empresas possam fazer investimentos e levar adiante esses projetos.

Infelizmente, o que nós vemos é que há atores nessas negociações que têm uma visão diferente porque estão apostando em outros tipos de mecanismo e temem uma concorrência do MDS. Nós, então, temos conversado com esses outros atores para tentar explicar que é importante que se tenha no final um pacote que seja inclusivo e que contemple diferentes tipos de mecanismo de forma a atender às particularidades de cada país, cada um com o seu próprio perfil de emissão.

Então, esse é o segundo mandato.

O terceiro mandato diz respeito ao estabelecimento de um mecanismo de cooperação não baseado em mecanismos de mercado, que seria um complemento aos dois mecanismos de mercado que eu citei. Na verdade, sobre esse mandato, o mandato 6.8 no jargão dos negociadores, tem havido relativamente pouca discussão. Mas a ideia é que haja um acerto no final que preveja mecanismos de concertação e de cooperação que complementem os mecanismos de mercado que eu mencionei.

Esses são, então, os temas pendentes na chamada negociação do art. 6º, e o Brasil tem procurado dela participar. Nós participamos dessa negociação como um demandante desses mecanismos e entendemos que eles podem contribuir, sim, desempenhar um papel importante no cumprimento das obrigações e dos compromissos do Acordo de Paris. E o que temos procurado fazer é contribuir para que essa negociação em Santiago tenha um desfecho positivo. Temos dialogado com todos os atores envolvidos na negociação, inclusive delegações que se sentam do outro lado da mesa, que tenham posições diferentes, para compreender bem as suas preocupações e ver se conseguimos chegar a soluções de compromisso que atendam minimamente aos interesses de todos. Temos participado da negociação com esse espírito.

Presumindo-se que essa negociação deve acabar em Santiago — e sinceramente esperamos que isso aconteça, pelo menos o Brasil pretende ajudar para que isso de fato ocorra —, nós devemos entrar, então, numa fase de implementação do Acordo de Paris. E sobre isso eu diria, já para começar a concluir a minha intervenção, que o regime de



mudança do clima está enfrentando essencialmente um grande desafio e continuará a enfrentar nos próximos anos.

Nós temos percebido que há, infelizmente, da parte de muitos atores, uma tendência de procurar descolar o Acordo de Paris do regime de mudança do clima, ou seja, agir como se, a partir da adoção do Acordo de Paris, tudo o que veio antes deixou de existir, como se não houvesse mais Convenção-Quadro da ONU, como se não houvesse mais o Protocolo de Kyoto — *"agora o que importa é falar do Acordo de Paris"*. E essa manobra que percebemos nos parece voltada para um objetivo, a supressão de alguns princípios basilares, que têm estado na base do regime de mudança do clima desde a sua criação, aliás, de um princípio em particular, que é o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas.

Isso é um aspecto central, sempre foi, do regime de mudança do clima, um reconhecimento das responsabilidades históricas dos países desenvolvidos e das nações mais industrializadas pelas emissões de gases de efeito estufa. Entende-se que o aumento da temperatura média global que ocorreu nos últimos 200 anos, um aumento de aproximadamente 1 grau centígrado entre a média global anual e a que prevalecia no final do século XVIII, decorre, em grande medida, das emissões históricas dos países desenvolvidos. E por isso mesmo esses países sempre tiveram uma responsabilidade especial no âmbito do acordo. Em reconhecimento às suas responsabilidades históricas, eles sempre estiveram comprometidos, aliás, obrigados a não só assumir a liderança nos esforços de mitigação, porque são eles os principais emissores, como também contribuir para os esforços dos países em desenvolvimento para o cumprimento das suas obrigações, pelo financiamento.

O que se percebe cada vez mais é uma tentativa de fingir que esse princípio não existe, de acabar com essa diferenciação entre os países e fazer demandas de mitigação a todos os países de maneira igual, como se todos tivessem a mesma parcela de responsabilidade pelo problema. Nós achamos que isso não está correto e inclusive não seria efetivo. Acho que tem de haver um reconhecimento das responsabilidades das maiores economias e das economias em particular responsáveis pela maior parte das emissões históricas, para que se possa dar uma resposta eficaz ao problema. Isso é absolutamente fundamental. Entende-se que todos devem dar uma contribuição quanto ao problema. Então, o que eu estou dizendo aqui não é uma desculpa para que nós, por



exemplo, do Brasil e de outros países em desenvolvimento, nada façamos. Esse não é o ponto.

De qualquer maneira, essa questão do reconhecimento das responsabilidades históricas é importante, porque ela toca numa questão importante de equidade, que tem que ser bem tratada, porque ela tem a ver com a própria legitimidade do regime de mudança do clima. Então, esse é um ponto absolutamente essencial. Isso tem uma relação — e agora vamos entrar na fase da implementação do Acordo de Paris — direta com um aspecto em particular do regime, que é a questão do financiamento. Esse é um aspecto absolutamente fundamental.

Quando o Acordo de Paris foi adotado em 2015, os países desenvolvidos renovaram e reafirmaram o compromisso que tinham assumido de financiar pelo menos 100 bilhões de dólares ao ano até o ano de 2020 aos países em desenvolvimento, para auxiliar esses países nas suas ações de combate ao problema da mudança do clima. E o fato é que esse compromisso não está sendo cumprido. Os montantes de financiamento estão ficando aquém do valor prometido, e isso é muito sério. Muitos países em desenvolvimento têm problemas de capacidade, de competência para poder cumprir com as suas obrigações, e essa cooperação, esse financiamento, é absolutamente essencial e sempre fez parte da barganha, digamos assim, que está na base do regime de mudança do clima.

Então, essa é uma preocupação que, aliás, todos os países em desenvolvimento já têm, que deve ficar ainda maior a partir do próximo ano, quando o regime entrar nessa fase de implementação do Acordo de Paris.

Bom, por enquanto é isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Passo a palavra agora ao Sr. Roberto Castelo Branco Coelho de Souza, Secretário das Relações Internacionais do Ministério do Meio Ambiente.

O SR. ROBERTO CASTELO BRANCO COELHO DE SOUZA - Cumprimento o Deputado Rodrigo Agostinho, Presidente da Comissão, e os demais membros da Mesa.

É uma honra, uma satisfação muito grande estar aqui junto aos Srs. Deputados representantes da sociedade civil e membros do Corpo Diplomático, representando o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles.



Primeiro, eu queria agradecer não só o convite, mas também a exposição dos dois apresentadores que me precederam, que delimitaram muito bem os temas.

Eu vou abordar aqui agora algumas questões relacionadas já com os resultados, porque o Leonardo Athayde descreveu muito bem todos os desafios e o *framework*, o quadro no qual as negociações se passam na COP25.

Em respeito ao requerimento, Sr. Presidente, queria comentar alguns resultados, ressaltando que esses dados que vou mencionar são dados oficiais. Quando se fala em dados, há sempre várias fontes, vários referenciais, mas aqueles que vamos mencionar são aqueles dados cujo Governo brasileiro tem, como referência, comunicado aos organismos internacionais e aqueles que balizam o comprometimento do País com relação a esses acordos internacionais.

Antes de entrar nesse detalhamento também, eu queria, apenas para que nos situássemos, lembrar aos senhores que a participação do Brasil nas emissões de gás de efeito estufa, que são aqueles que mais contribuem para o aquecimento global, é de menos de 3%. Então, essa contribuição de menos de 3% tem três componentes principais, que são: o uso da terra e das florestas, com menos de 1%, a questão da energia, que também está em pouco menos de 1%, e a questão de transporte, lixo, cidades, processamento de resíduos, que também estão nessa faixa de um pouco menos de 1%. Então, a soma dessas três somas dá esse total. Só para termos uma comparação, esse percentual inferior a todo o tráfego aéreo mundial durante 1 ano. Então, o nosso País contribui menos do que o setor de aviação, sem que tenhamos nada contra o setor de aviação. Esse é só um referencial para entendermos um pouco o ponto em que nos situamos.

Outra questão também que seria interessante mencionar é que, de toda a contribuição de gases de efeito estufa, 65%, 66%, praticamente dois terços, vêm da emissão de combustíveis fósseis pelos países desenvolvidos, principalmente aqueles países do Hemisfério Norte. Há uma questão a ser definida: se determinado país que está em primeiro ou em segundo lugar na lista dos países mais ricos é desenvolvido ou não, mas o Hemisfério Norte é o grande responsável por essa quantidade elevada de produção de gases de efeito estufa. E esse dado nos faz pensar muito, porque é desses dois terços que deverá vir a maior contribuição para a redução de emissões de gases de efeito estufa. Se não tiver uma contribuição significativa desse segmento, todo o esforço



que vier a ser feito em qualquer outra área se tornará ínfimo, se tornará pouco representativo. Então, é importante termos isso em mente. Quando vamos analisar como o Brasil está se comportando em relação às emissões...

Antes disso, eu queria pegar um ponto muito importante que o Leonardo comentou. Todo esse compromisso de que estamos falando se ampara num tratado, na Convenção, no Protocolo de Kyoto, em Doha, no Acordo de Paris. Tudo isso é uma sequência. Uma questão muito importante dessa tratativa, que é fundamental para os países em desenvolvimento, é a contrapartida financeira. Os países se comprometem a fazer uma coisa de forma conjunta, a trabalhar nas partes de energia, de transporte, de cidades, de processamento do lixo, de uso da terra, de agricultura, de modernização e de desmatamento, e a observar toda essa complexidade. O Brasil foi o único país em desenvolvimento que apresentou redução das emissões, cumprindo a meta de contribuição nacionalmente determinada — NDC em todos os setores da economia. Essa é uma questão extremamente importante. Nós tivemos uma posição de vanguarda e desafiadora. Vimos a nossa economia como um todo e, em função daquilo a que o País se propunha, foram colocadas metas ambiciosas. Isso tem um preço, evidentemente, porque é necessário fazer investimentos em modernização, tecnologia e inovação. A nossa agricultura é um exemplo de como a inovação, os investimentos e as novas práticas podem levar a resultados extraordinários. Somos um modelo de sustentabilidade.

Temos que também ter em mente que todo esse processo de colocar metas para 2025 passa pelo processo pré-2020. Então, vamos analisar um pouquinho pré-2020, que já é no ano que vem, aqueles compromissos relacionados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo — MDL do Protocolo de Kyoto. Havia o compromisso do Brasil perante a Convenção-Quadro das Nações Unidas de reduzir suas emissões de 36% a 39%. O dado mais recente que temos é de 2015. Naquela ocasião, as emissões já estavam num patamar de redução de 58%. Eu não vou dizer que há folga, mas com uma certa margem o País se prepara para, no próximo ano, ter cumprido esse compromisso de redução das suas emissões.

Como eu falei, a retificação da emenda de Doha tem sido tratada em várias reuniões por onde passamos. Tentamos sensibilizar os países sobre a grande importância da entrada em vigor desse processo, para que possamos ter os compromissos efetivamente cumpridos, para que países desenvolvidos e em desenvolvimento possam,



de forma igualitária, ter seus compromissos reconhecidos. Isso foi objeto da recente reunião do BASIC que ocorreu no mês de agosto. BASIC é o grupo formado por Brasil, África do Sul, Índia e China. Ministros do Meio Ambiente estiveram reunidos em São Paulo, e esse tema foi tratado com muito engajamento pelos Ministros lá presentes, para que houvesse a sensibilização de países que ainda não ratificaram a parte do Protocolo de Kyoto referente a Doha, para que eles assim o fizessem.

Com relação à parte pós-2020, nós temos um dado interessante do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente — PNUMA, ou Organização para o Meio Ambiente das Nações Unidas: apenas três países do G20 estão cumprindo ou a caminho de cumprir sua NDC, que são o Brasil, o Japão e a China. Ressalvo, como mencionei antes, que a nossa meta é bem ambiciosa e, ao mesmo tempo, engloba todos os setores da economia. Dessa forma, até 2025 nós temos o compromisso de reduzir nossas emissões em 37%. Essa é a NDC brasileira para 2025. O resultado mais atual que nós temos vem do MCTIC, é de 2017, e revela que em 2015 a redução foi de 35%. Então, estamos muito próximos da meta para 2025, apesar da antecedência.

Em relação aos anexos à NCD que foram mencionados, o reflorestamento e a restauração têm o objetivo de 12 milhões de hectares para 2030. O resultado de 2004 até 2014 — os dados são de 2018 — mostra que 9,4 milhões de hectares de regeneração de floresta já foram observados nesse período. E há também um incremento de florestas plantadas de 2 milhões de hectares. Então, 9,4 milhões somados a 2 milhões dá um total de 11,4 milhões, que já está próximo da meta de 12 milhões de hectares para 2030. Com a restauração de pastagens degradadas, temos um indicativo de 15 milhões de hectares, sendo que no período de 2010 a 2017, de acordo com dados do ano passado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o total foi de 10,44 milhões de hectares. Isso é muito importante, porque mostra que é possível expandir a nossa pecuária só utilizando pastagens degradadas. E existem também coisas como o Plano ABC, a integração entre lavoura, pecuária e florestas. Todas elas dão certa flexibilidade, dão bastante folga no cumprimento das metas.

A energia renovável no nosso País é um exemplo. O etanol e o RenovaBio mostram como o Brasil, um país em desenvolvimento, se antecipou de forma estratégica na sua visão de contribuir com energias renováveis quando ainda não se pensava nisso, no final dos anos 70 e início dos anos 80. Não era sequer um tema. Este País se projetou e tem



um programa desafiador. Nós temos, na composição da nossa matriz energética, 45,3% de renováveis, resultado superior àquilo que foi colocado como indicativo para 2030.

Em termos de expansão de fontes renováveis, a biomassa já nos coloca num patamar de 33%, que é o teto superior daquilo que foi colocado para 2030. No uso doméstico, a participação não é só da biomassa, que é principalmente o bagaço da cana de açúcar, mas também da energia eólica e da energia solar. E nós já estamos bem próximos, com 19%, em 2019, dos 23% projetados para 2030. Todos esses setores, então, têm participação de 18% na bioenergia sustentável — só com a biomassa da cana nós temos 17,4%.

Temos um desafio muito grande: chegar a 2030 com desmatamento ilegal zero. É um tema atual, que tem movimentado grande atuação e muita ação do Governo, tem sido objeto de informações, ações, com órgãos de coordenação do Governo, para criar uma estratégia que efetivamente nos leve ao cumprimento do objetivo.

E essa estratégia passa pelo desenvolvimento da Amazônia. Há uma relação muito próxima e reconhecida em nível mundial — aliás, quero fazer uma referência elogiosa à escolha de três economistas para o Prêmio Nobel de Economia que defenderam essa tese — entre pobreza e dificuldade para alcance do desenvolvimento. Enquanto não tivermos uma solução para a pobreza dos mais de 20 milhões que vivem na Amazônia, vamos ter políticas, como todos esses anos demonstraram... Até 2012, houve uma queda significativa do desmatamento, mas, a partir de 2012, houve uma retomada anual consistente, porque as políticas deixaram de contemplar a redução da pobreza. Quando contemplamos esses aspectos, temos que reconhecer as nossas forças e as nossas debilidades.

A situação econômica em que o País se encontra exige sacrifícios enormes da nossa população, da nossa gente. Deputado, o senhor conhece muito bem o esforço que foi feito na Câmara e agora no Senado para aprovar a reforma da Previdência, para pautar a reforma tributária, para colocar a economia de volta dentro de padrões que nos propiciem crescimento e desenvolvimento. É um esforço de toda a sociedade.

E esse passivo de mais de 20 milhões de brasileiros que vivem na Amazônia... A Amazônia é deles. A Amazônia não é de mais ninguém. É dos brasileiros que lá vivem. Eles têm a necessidade e o direito de viver da Amazônia e com a Amazônia e com ela



crescer. É esse esforço que tem que ser a tese central das políticas que farão a Amazônia efetivamente combater o desmatamento ilegal e nos permitir cumprir a nossa meta.

Era isso que eu tinha a mencionar, Deputado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Agostinho. PSB - SP) - Antes de mais nada, quero registrar que mais de 300 pessoas estão acompanhando esta audiência pública pelo portal e-Democracia.

Eu vou passar a palavra para o Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima, Claudio Angelo, mas antes eu gostaria de fazer alguns breves comentários.

O Brasil hoje é o sétimo no mundo em emissões de gás de efeito estufa. Embora historicamente a nossa posição seja bastante confortável, o Brasil sempre foi protagonista no que diz respeito às questões relacionadas a mudanças de clima. Eu acompanho todas as discussões de clima desde 1992, quando aqui no Brasil nós tivemos a assinatura da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. O Ministério das Relações Exteriores sempre foi protagonista e sempre teve o seu trabalho reconhecido internacionalmente durante todas as negociações. Mas, para este ano, o sentimento que eu tenho, infelizmente, não é esse. Eu sinto que nós vamos acabar passando uma vergonha tremenda no Chile por conta de uma postura extremamente atrasada de achar que nós estamos fazendo a nossa parte. Nós não estamos. Temos tudo para ser o grande protagonista do mundo no que diz respeito à questão de mudança climática. O RenovaBio está aí, a cana está aí, nós ainda temos florestas em pé e temos potencial para florestas em regeneração, o que talvez seja o grande diferencial, porque nós precisamos tirar carbono da atmosfera.

Nós assumimos um compromisso — não é a NDC propriamente dita — de regenerar 12 milhões de hectares, e não plantamos um único pé de árvore, nem mesmo aquele ipê amarelo que costumávamos plantar.

Sobre pastagem e regeneração, fala-se em 9 milhões de hectares de floresta se regenerando. Bobagem! Sabe o que é isso? Área que foi desmatada para fazer pasto e depois abandonada. Está nascendo leiteiro e candeia lá, e isso está contando como 9 milhões de hectares de floresta regenerada. Não é floresta regenerada. Nós precisamos deixar claro isso. É capoeira. Não vai ser floresta. Se não tiver uma ação estratégica de



regeneração dessas áreas, com intervenção, não vão virar uma floresta. Pasto abandonado não vira floresta, a não ser que tenha sido feito no meio da floresta.

Eu deixo isso bem claro, porque no final do ano, na Convenção do Clima, nós vamos divulgar um dado de desmatamento de um recorde — nós vamos bater o recorde de novo. O Brasil deveria estar liderando esse processo com uma agenda positiva para mostrar ao mundo que o País é um parceiro do mundo para ajudar a regular o clima do mundo.

Nós não temos o pulmão do mundo, mas temos o ar-condicionado do mundo: a nossa floresta. Nós temos um potencial enorme de regeneração, por exemplo, da Mata Atlântica, que teve 93% do seu território desmatado. Nós temos um potencial enorme de energia solar na nossa caatinga — temos 3 mil horas de sol por ano na nossa caatinga. Nós temos exemplos bacanas, como o do RenovaBio. Nós podemos reduzir na pecuária o problema do metano. Nós temos o Programa ABC, que, com alguns ajustes, vai ser sensacional; já é um projeto bacana e tem tudo para ser ainda melhor, como vimos semana passada numa audiência pública aqui no Congresso Nacional.

Então, isso me preocupa e talvez tenha sido a motivação desta audiência pública. Temos tudo para ser exemplo para o mundo, e infelizmente não estamos nessa mesma linha. A China, o maior emissor de poluentes no mundo, o maior emissor de gases de efeito estufa no mundo, é o país que mais planta árvores no mundo. Nós não temos nenhum programa, nós não plantamos 1 hectare de árvores. Estão entrando na conta 2 milhões de hectares de reflorestamento, que é bacana também e acho superlegal, mas não dá para entrar na conta do Governo essa ação de silvicultura, de um setor importante, o setor da celulose.

Como eu vou ter agora outro compromisso, quero passar a Presidência dos trabalhos à Deputada Joenia Wapichana — faço aqui um reconhecimento ao trabalho dela —, para que possa presidir o último painel, que vai ser apresentado agora pelo Coordenador do Observatório do Clima.

Com a palavra Claudio Angelo.

O SR. CLAUDIO ANGELO - Obrigado, Deputado. É sempre difícil ficar por último, mas eu estou satisfeito porque o Ministro Leonardo e o Lucon já deram as condições de contorno para o que vou dizer agora. Nós temos um problema, a mudança climática é real, ela é causada por seres humanos, e existe o esforço multilateral, que não é nem



globalista nem nacionalista, mas multilateral, de resolver esse problema há mais de 25 anos. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi implementada em 1994, já faz um bom tempo que essa solução multilateral se arrasta. E, de fato, em 2015, como o Ministro Leonardo colocou aqui, nós tivemos um marco nesse regime, a adoção do Acordo de Paris, que não salvou o mundo, mas talvez possa salvar a chance de salvarmos o mundo da mudança climática descontrolada.

A COP25, a conferência que vai acontecer no Chile — e vai acontecer no Chile porque o atual Governo brasileiro se recusou a sediá-la no Brasil, antes mesmo de assumir a Presidência —, tem dois objetivos, grandes, de maneira geral. Um é técnico. O Leonardo falou aqui bastante sobre esse objetivo de fechar as pendências da regulamentação do Acordo de Paris, inclusive, aparar as arestas do Livro de Regras, principalmente em torno do art. 6º, sobre o mercado de carbono. Mas a COP tem também um objetivo político, talvez o mais complicado, que é concretizar promessas que vêm sendo feitas sobre o aumento do nível de ambição.

O que estamos falando aqui, e o Lucon deu uma pincelada nisso, é que a ambição que está na mesa — e aí não interessa se é país desenvolvido ou país em desenvolvimento, é ambição coletiva da humanidade para lidar com o problema da mudança climática, de acordo com as metas colocadas em 2015 — é absolutamente insuficiente. O IPCC já nos disse, em 2018, que não podemos esperar até 2023, que é o prazo formal desse convescote ou *stocktake*, como eles chamam, para ampliar a ambição das metas colocadas, porque, se esperarmos até 2023, não conseguiremos ficar na curva de custo que nos dê uma chance maior que 50% de ficar na meta de limitar o aquecimento global em 1,5 grau, neste século. Então, no mundo ideal, já em 2020, quando o acordo entrar na fase plena de implementação, precisaríamos que os países coletivamente aumentassem a ambição de suas metas. Isso não parece estar colocado à mesa por muita gente, apesar de ter havido alguns anúncios mais ou menos perfunctórios durante a cúpula realizada pelo Secretário-Geral da ONU no mês passado.

Quando falamos em metas e ambição — e concordo plenamente com o Ministro Leonardo e com o Secretário Castelo Branco —, não estamos falando só de meta de redução de emissão. Estamos falando de meios de implementação. Os países desenvolvidos cobram dos países em desenvolvimento a ambição de metas de redução, e os países em desenvolvimento cobram dos países desenvolvidos mais ambição e



financiamento. Assim vamos, e ninguém faz muita coisa. Enfim, temos essas duas conversas bastante difíceis sobre mercado de carbono e sobre ambição, entendida nos dois sentidos, tanto no de meios de implementação, quanto no de redução de emissões.

Então, como o Brasil chega à COP25 e o que esperamos dele lá? Nós temos dois Brasis, um negociador e um implementador. Pelo que temos observado até agora e pelas manifestações da equipe de negociação do Itamaraty, que sempre foi reconhecida pela sua extrema competência, o Brasil tem negociadores extremamente competentes, que foram fundamentais para que o Acordo de Paris pudesse sair. Sempre foi um *broker* superimportante, fazendo a ponte entre as posições de países emergentes, em desenvolvimento, e países desenvolvidos. Quanto a essas posições, por enquanto, o Brasil não parece ter mudado. O Brasil segue cobrando os compromissos de países desenvolvidos, defendendo os princípios do Rio.

Existe uma divergência entre o Brasil e vários países em torno do art. 6º. Eu trouxe esse eslaide de um artigo, que saiu na revista *Science* na semana passada, sobre os riscos que nós corremos com essa história de dupla contagem.

(Segue-se exibição de imagens.)

A contabilidade de carbono, para os mercados de carbono, precisa ser muito bem feita, de modo que não ocorra dupla contagem, comprometendo, assim, a integridade dos mecanismos, dentro do art. 6º, tanto no 6º.2, quanto no 6º.4.

Muita gente aponta que existe uma necessidade de realizar — e aí vira uma discussão técnica, e o Leonardo já gastou muitas horas explicando isso a muita gente, e vai gastar mais ainda explicando isso em Santiago — ajustes correspondentes. O Brasil defende que não se descontem os créditos vendidos dentro do MDS — Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável — da NDC. Isso de fato é um avanço. O Brasil defende que o MDS seja adicional às metas da NDC.

A questão que se coloca é como é que nós sabemos que foi adicional ou não, antes de cumprir a NDC. E mais, na ausência de uma estratégia de implementação da NDC, o compromisso do Brasil no Acordo de Paris — e lembro que o País não apresentou ainda a sua estratégia de implementação da NDC —, fica muito difícil dizer o que é adicional ou não é adicional. Mas isso é um tema para Santiago, é um tema para negociação. O Brasil tem se mostrado até aqui disposto — vimos que o País tem uma posição construtiva — e não se colocou como um bloqueador de discussões, diferentemente de outros países,



que, como sou ONG, posso dizer, Estados Unidos, Arábia Saudita, os suspeitos de sempre.

E há o segundo Brasil: o Brasil implementador. Como sabemos, o Brasil tem duas metas em relação ao clima: uma meta para 2020 e uma meta para 2025. A meta para 2020 é a da Política Nacional sobre Mudança do Clima, uma lei aprovada em 2009 e regulamentada em 2010. Ela estabelece duas coisas: estabelece um desvio de trajetória nas emissões brasileiras em 2020, em relação a um cenário que foi construído, redução de 36,1% a 38,9%, e estabelece a redução de desmatamento na Amazônia em 80% em 2020, em relação à média verificada entre 1996 e 2005.

Lembro que a meta, o cenário chamado *business-as-usual* foi calculado lá atrás, em 2009, sob premissas extremamente generosas para o Brasil. Assumíamos, por exemplo, e não riam, porque é verdade, que o nosso PIB iria crescer 5% ao ano nesse período, o período de cumprimento da meta. E assumíamos também que todo o crescimento da demanda de energia no Brasil ia se dar a partir de combustíveis fósseis. Essas premissas generosas nos dariam um limite mínimo de emissões em torno de 1,977 bilhões e 1,997 bilhões de toneladas em 2020. No ano de 2017, estávamos emitindo 2 bilhões e 70 milhões de toneladas brutas de gás de efeito estufa.

Mas qualquer pessoa que não tenha chegado de Júpiter ontem, leia jornal e acompanhe o que está acontecendo no Brasil já sabe que nós não fizemos nada para reduzir essas emissões a partir desses 2 bilhões de toneladas. Ao contrário, o Brasil aumentou e vem aumentando essas emissões.

A partir de 2012, perdemos um pouco o controle das taxas de desmatamento na Amazônia. O desmatamento hoje responde por algo em torno de 45%, 46% das emissões brasileiras. Aquela barrinha verde é a nossa meta de emissões: 3.925 quilômetros quadrados para 2020. Em amarelo é o que já se mediu. O ano de 2018 é o último de que temos dados fechados. O desmatamento foi de 7.536 quilômetros quadrados, se não me engano. O número do PRODES, que é o sistema oficial de contabilidade de desmatamento, que, esperamos, será publicado em novembro pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, não sabemos quanto vai ser ainda. Mas, o número de alerta de desmatamento cresceu 50% no último ano. Então, se estimarmos que o número do PRODES vai ser ao redor de 30%, o desmatamento na Amazônia voltará a cinco dígitos.



É a primeira vez desde 2008 que isso acontece. Não sabemos o que vai ser, mas, pelos alertas de desmatamento, sabemos que não vai ser bom.

Assim, mesmo com esse cenário extremamente generoso, perderíamos a meta de desmatamento e perderíamos também as metas de desvio de trajetória do Brasil. Perderíamos em não muita coisa por enquanto, mas, dependendo do resultado das emissões de 2019, esse *overshoot* pode ser bastante significativo.

Em relação ao Acordo de Paris, eu tenho este filmezinho aqui que mostra o sintoma dessa perda de controle sobre o desmatamento. Isto aqui é o DETER, é o sistema do INPE que dá os alertas de desmatamento. Temos toda a série do atual satélite até setembro deste ano. Vocês vejam o que aconteceu nos últimos meses. É assim que está a Amazônia. O desmatamento mudou de patamar. Ele flutuava, nos meses de inverno, entre 200 e 1.000 quilômetros quadrados por mês e agora está na casa dos 1.300, 1.500, 2.500 quilômetros quadrados por mês. Isso é uma quebra que temos observado no desmatamento da Amazônia.

Isso evidentemente impacta as metas de agora, de 2020, mas impacta as metas da NDC também. O Brasil tinha uma oportunidade propiciada, entre outras coisas, pela recessão de avançar no cumprimento das metas da NDC. Pelo setor de energia, segundo opções de mitigação — esse foi um grande estudo coordenado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia —, íamos poder cumprir praticamente de graça a NDC no setor de energia. O que temos hoje é um país no qual a própria estrutura de governança que permitiria implementar as metas basicamente não existe mais. Os dois colegiados máximos da governança climática federal, o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima — CIM e o Grupo Executivo sobre Mudança do Clima — GEx foram extintos. A Secretaria que cuidava dos planos de combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado foi extinta, e até hoje o Governo não apresentou um plano de combate ao desmatamento nem de implementação da NDC.

Isto aqui — este é um estudo que saiu na *Nature Climate Change* em 2017 — é o que acontece caso percamos o controle sobre o desmatamento. O desmatamento no Cerrado pode atingir, no pior cenário, em 2030, 18.500 quilômetros quadrados, e o desmatamento na Amazônia pode voltar a patamares de 2004: 27 mil e tantos quilômetros quadrados por ano. Isso é um adeus não só para as metas do Brasil mas também para o espaço de carbono que podemos ocupar, de forma a manter o



aquecimento global em 1 grau e meio neste século, que é o objetivo mais ambicioso do Acordo de Paris.

Acho que os recados finais aqui são que a COP25 é importantíssima. As Conferências do Clima não são férias de luxo para funcionário público, elas são reuniões onde se debatem aspectos importantes da economia mundial. O Brasil, como o Rodrigo Agostinho comentou aqui, sempre foi um líder nesse processo e, mais do que isso, era um país que reunia todas as condições e vantagens comparativas e algumas vantagens competitivas para liderar essa economia que nos é praticamente imposta pela necessidade de se manter um planeta habitável.

O custo do atual desengajamento do Brasil implementador é perda de *soft power*, perda de negócios e, como temos visto nos últimos meses, riscos de embargo e sanções comerciais a setores absolutamente vitais para a economia brasileira, como é o caso do agronegócio. Então, o Brasil não ganha nada com esse desengajamento. Pelo contrário, perde, e teria bastante a ganhar caso resolvesse fazer a lição de casa e levar esse compromisso a sério.

Eu me estendi bastante aqui.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada ao Coordenador de Comunicação do Observatório do Clima, Sr. Claudio Angelo.

Gostaria de fazer alguns comentários também. Como o Deputado Rodrigo Agostinho já me identificou, eu venho de uma experiência junto ao movimento indígena. Das demandas que os povos indígenas da Amazônia têm apresentado, várias são relacionadas à questão das mudanças climáticas, principalmente relacionadas à construção de políticas públicas. Daí veio todo o movimento também relacionado a haver um programa, um plano nacional sobre mudanças climáticas, com a participação e com estratégias relacionadas aos direitos dos povos indígenas, e também, agora, aos planos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Então, nós temos vários estudos, vários documentos e vários fatos que apontam que terras indígenas, suas proteções e a valorização em relação à demarcação também são uma estratégia na questão de tentar soluções para os efeitos das mudanças climáticas. Reforço que isso tem sido encaminhado às COPs — Conferências das Partes.



Eu também tenho acompanhado as COPs há algum tempo, participando inclusive dos caucus indígenas globais.

Nós sempre tínhamos uma demanda de apresentar proposições relacionadas à implementação dos direitos dos povos indígenas, com observações da declaração da ONU sobre direitos dos povos indígenas, especialmente sobre a questão do consentimento livre, prévio e formado, reforçando o reconhecimento da ciência no caso científico de as terras indígenas serem estratégicas nesse sentido mais global até mesmo pelos dados.

Quando se apontam na Amazônia as áreas que são mais conservadas relacionadas ao desmatamento e às queimadas, as terras indígenas estão ali com as maiores percentagens de proteção e conservação. Então, eu incluí isso também. Há muita insegurança quando o Brasil não aponta, digamos assim, compromissos e tenta retroceder em algumas políticas que, a meu ver, já haviam sido acordadas e estavam avançadas, mas, nesse momento, essas políticas, mesmo as que foram construídas à base de muita pressão do movimento indígena e do movimento social, hoje se encontram totalmente vulneráveis a retrocessos.

Uma questão que eu também sempre tenho colocado é que, nos próximos anos, nós temos que avançar em alguns pontos lá na Amazônia. Qual é a visão relacionada à demarcação de terra? Por que se defende tanto isso nessa questão das mudanças climáticas? Porque a maior concentração da biodiversidade está ali.

Uma questão que talvez tenha sido debatida, mas não com tanta profundidade, é a questão das energias renováveis. Nós temos visto na Amazônia que, durante muitos anos, houve muito investimento em infraestrutura para construir hidrelétricas. Hoje vemos os sérios impactos que elas trazem para os povos indígenas e para quem realmente vive ali dos recursos naturais, da terra, dos territórios relacionados e das florestas também.

Também há a questão do acesso à água. Eu sempre tenho visto que muitas pessoas veem a água como um bem, digamos assim, que pode ser infinito. Não é bem assim. Nós estamos, cada vez mais, vendo a escassez da água potável, bem como os efeitos das mudanças climáticas. Essa é uma percepção que, há muitos anos, os povos indígenas têm colocado não em termos técnicos, em termos científicos, mas, nessa visão de experiência e de observação que os povos indígenas trouxeram, tem sido visto que o problema da água está se agravando cada vez mais.



Antigamente, nos rios da Amazônia, havia água em abundância. Agora, em certos momentos, eles estão secos. Então, assim, precisamos ter percepção e cuidado com os mananciais de água. A proteção é uma realidade que também precisa ser considerada como estratégica para apontar soluções para diminuir tanto os efeitos das mudanças climáticas, mas também o aquecimento global nas metas, observando-se isso aqui no Brasil. A Amazônia também tem essa riqueza da água. E tudo tem uma correlação.

Queria deixar essa minha preocupação e agradecer.

Eu pergunto à plenária se alguém tem algum questionamento. Peço que se identifiquem, porque a reunião está sendo gravada. Estabelecerei o tempo de 2 minutos para a pergunta. Se houver algum direcionamento, por favor, informem o nome.

O SR. MARIO MANTOVANI - Nós temos acompanhado, aqui dentro do Congresso, a Comissão Mista de Mudanças Climáticas e nos tem causado extrema preocupação... Ouvindo o que se fala aqui agora, pelo Governo, não é o que acontece.

Desculpe! Eu não me identifiquei. Eu sou Mario Mantovani, da Fundação SOS Mata Atlântica. Também estou aqui me mobilizando com a Frente Parlamentar Ambientalista.

Há sinais truncados. A Comissão Mista de Mudanças Climáticas, cujo Presidente é o Senador Zequinha Marinho, diz claramente aqui dentro que o Governo orientou para não trazer os dados e não apresentar o relatório até a COP25. Isso fica muito ruim! O que o Claudio Angelo falou agora mostra que o Brasil precisa botar a cara na questão do clima. Nós, que acompanhamos como sociedade civil em algum momento, até numa difícil relação com o Ministério das Relações Exteriores, depois conquistamos esse espaço, participamos juntos e fizemos todos os eventos. Não só a sociedade civil, com o Governo, mas os empresários, conseguimos fazer com que o Brasil tivesse um grande protagonismo. E esse modelo negacionista do Governo de pôr em dúvida todos os dados com relação à questão de mudanças climáticas criou um ambiente de instabilidade.

O Rodrigo Agostinho, nosso Presidente, falou muito bem. E chamo a atenção para a pergunta: não existe nenhum movimento de restauração florestal no Brasil. O PLANAVEG — Plano Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa foi destruído. Todos os nossos acompanhamentos com relação à restauração florestal foram zerados. Não há recursos para isso.

Nós, que somos uma organização que colocamos recursos em restauração florestal, não temos nenhuma pessoa hoje querendo pôr uma árvore no chão por conta das



alterações no Código Florestal. Todos os ambientes negativos foram criados para aqueles que querem fazer restauração, e não é uma restauração simplesmente para poder ter uma reserva legal. Nós estamos falando da recuperação de matas ciliares para a garantia de água, como disse a Deputada Joenia.

Então, fica aqui o alerta: o Brasil está devendo muito na questão de restauração florestal. Se esse quadro continuar, nós não vamos ter as metas de restauração. Impressiona-me quando o Ministério do Meio Ambiente diz que estamos com 12%, 13%. Isso não existe! Nem mesmo nós, que monitoramos os 17 Estados onde existem as áreas mais alteradas da Mata Atlântica, podemos perceber isso nos levantamentos. Fazemos isso com o próprio INPE ano a ano. Desde 1986, colocamos os dados com essa parceria que temos com o Ministério da Ciência e Tecnologia e o INPE. Esse é um alerta que fazemos.

Vamos trabalhar juntos para resgatar aquele movimento que tínhamos, o que era muito positivo, e que estamos vendo se perder agora. Eu acho que ainda há tempo de fazer esse caminho.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada, Mario Mantovani.

Tenho uma pergunta aqui feita pelos internautas, participantes do e-Democracia. A participante é a Janaína Dalan. Ela pergunta aqui para a Mesa: *"Como o Brasil irá contabilizar e tratar os projetos de REDD+ existentes em nosso País dentro da estratégia de implementação da NDC?"* Essa é a segunda pergunta.

Vamos passar para mais uma pergunta, e então devolvemos a palavra à Mesa.

O SR. DONIZETI TOKARSKI - Boa tarde, Deputada. Meu nome é Donizeti Tokarski. Sou na União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene.

Eu fico feliz de estar participando aqui desta Comissão. Há poucos dias foi feito um requerimento pela Comissão de Agricultura. Agora, apoiado pelo Deputado Agostinho, foi aprovado um requerimento pela Comissão de Meio Ambiente para discutirmos a implementação do RenovaBio, que ainda não está no seu estágio final, ainda não está estabelecido. Nós temos uma previsão de que ele comece a funcionar a partir de 2020. Entretanto, há algumas medidas governamentais que ainda precisam ser feitas.

O RenovaBio — é bom que se destaque — está tendo uma projeção mundial diante dessa política pública, que eu chamo de política de Estado, que o Brasil está



desenvolvendo. Entretanto, nós não temos nenhum espaço garantido na COP25 para apresentar isso ao mundo. Os trabalhos estão sendo feitos, estão sendo feitas articulações diversas, que não estão no programa oficial da COP, principalmente pelas instituições que participam disso. No nosso caso, representamos o setor de biodiesel e bioquerosene, que é uma nova indústria que vai surgir no Brasil, e nós precisamos explorar isso e evidenciar isso para todas as nações que participam.

Então, gostaríamos muito de contar com essa possibilidade. Nós fizemos contato com o Ministério das Relações Exteriores, mas infelizmente a informação que nos foi dada é que não haveria esse espaço para as instituições e entidades participarem como nós participamos nos anos anteriores, na COP de Marrakech, na de Bonn e na da Polônia finalmente. Gostaríamos de solicitar esse desprendimento do Ministério das Relações Exteriores.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Há mais uma pergunta aqui. Vou abrir o microfone para mais duas perguntas e vou retornar à Mesa, para as considerações finais e para as respostas.

Com a palavra a Sra. Sílvia.

A SRA. SÍLVIA CRISTINA - Boa tarde a todos. Eu estou muito feliz de estar neste momento aqui. Vim até o Congresso, até a Câmara, para um curso que estou fazendo, e tive a felicidade de encontrar este momento desta Comissão.

Sou Sílvia Cristina. Estou participando de um circuito pedagógico. O interessante é que eu sou da Região Norte — moro em Marabá, no sul do Pará — e vivencio isso que foi levantado de uma forma muito real. Eu cresci às margens do Rio Itacaiúnas, que é próximo do Rio Tocantins, que é um rio muito grande do nosso Brasil. E o que eu tenho identificado? Que nós estamos perdendo muito, não só na questão climática. Eu até achei interessante quando abordaram o fato de haver os desmatamentos. Na realidade, na Amazônia as pessoas precisam ter uma forma de sobreviver. Então, enquanto não resolverem essa parte, enquanto as políticas públicas não ajudarem, eles vão continuar fazendo esses desmatamentos, mas não é de forma intencional e agressiva, apesar de terem prejudicado, sim, o nosso meio ambiente.

Outro fator que me preocupa muito é que, por eu ter crescido à margem de um rio, eu volto a esse rio frequentemente e estou vendo que ele está se acabando. O nosso rio está se perdendo por consequências da não preservação por parte do poder público e



também pelo descaso em algumas situações. Por exemplo, o nosso rio está deixando de ser um rio que as crianças podem usufruir porque existe um frigorífico que está lá destruindo essa possibilidade de termos o contato com essas águas.

Então eu queria aproveitar esta oportunidade e dizer que vai ser muito bom se tiverem um olhar muito especial a isso, porque eu posso dizer que lá na frente eu não vou poder mostrar para a geração futura o rio no qual eu tomava banho. Nós estamos perdendo muito.

Obrigada pela oportunidade.

A SRA. MARCELA PIMENTEL - Boa tarde.

Meu nome é Marcela Pimentel. Eu represento o movimento Jovens pelo Clima Brasília, junto das meninas aqui. Nós somos jovens de 17 anos e estamos falando em nome de vários jovens aqui do movimento de Brasília, do movimento do Brasil e do movimento do mundo inteiro.

A nossa preocupação é que, como sempre, como vimos falando há mais de 1 ano, todos os posicionamentos dos adultos, dos governantes até o momento, são passivos, defendem a ideia de que o problema não é real, como se as mudanças climáticas não fossem muito sérias e como se não tivessem que ser tomadas medidas muito urgentes e drásticas para combater as mudanças climáticas. Escutamos discursos muito passivos.

Agora, há menos de 1 mês, nós tivemos em 1 dia 4 milhões de jovens do mundo que foram às ruas, e 1 semana depois 7 milhões de jovens foram às ruas para falar que percebemos o quanto as informações são dadas de forma errada, como os dados são distorcidos, e não estamos sendo enganados por isso.

Então queríamos saber qual vai ser efetivamente o posicionamento na COP25. Queríamos saber se vocês estão ouvindo o que os jovens estão falando e se vão realmente ter o posicionamento de mudar a situação que está acontecendo.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Eu, ouvindo a jovem falando, me lembrei de uma pergunta para o Ministério das Relações Exteriores. Quando participávamos das COPs, sempre havia um momento da delegação oficial brasileira, havia uma conversa com a sociedade civil, com as pessoas que participavam das COPs, uma interação no sentido de fazer o dia a dia. Quem já participou da COP sabe. É aquele momento justamente de troca de informações, mas



também para ouvir os posicionamentos, seja indígena, não indígena, agricultor, a classe cientista, seja a sociedade civil organizada.

Eu ia perguntar como o Governo está preparando esse momento de interação e de articulação, de diálogo com a sociedade civil organizada. Eu gostaria de saber se vai haver algum painel. Qual é a programação oficial que se tem hoje relacionada à participação das COPs? Essa é uma pergunta que eu gostaria de fazer.

Vou passar a palavra para a Mesa, para os convidados participantes, para que respondam algum questionamento. Ou, se não quiserem responder, façam suas considerações finais.

Vamos começar com o Dr. Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE - Muito obrigado.

Vou tentar responder algumas das perguntas que foram feitas e fazer minhas considerações finais.

Agradeço muito a todos pelas informações e pelos comentários feitos. Acho que é sempre muito útil ouvir a sociedade civil e o Parlamento brasileiro nesse tema. Esse é um exercício de transparência, ao qual nós damos muita importância, e é inerente a todo país que tem um sistema democrático de governo. Participamos dele com muito prazer.

Uma das perguntas feitas foi sobre REDD+: de que maneira esse instrumento está sendo utilizado e de que forma ele seria contabilizado pelo Brasil? O Governo dá uma importância grande ao REDD+. Esse é um instrumento que está vigente. É um sistema de pagamentos por resultados de redução de desmatamento, comprovados e verificados pela ONU. O Brasil, na verdade, já apresentou resultados muito expressivos ao amparo desse programa, cujos termos foram negociados justamente no âmbito do regime da convenção do clima. Nós temos contabilizados em torno de 6 bilhões de toneladas de CO₂ e equivalentes já reduzidos pelo combate ao desmatamento. Isso foi inclusive verificado e comprovado pelos procedimentos previstos na convenção do clima.

Esse montante nós estimamos que valeria em torno de 30 bilhões de dólares, ou seja, seria um montante devido ao Brasil pelos resultados já alcançados. Desse total, até hoje nós recebemos apenas 1,2 bilhão de dólares, muito aquém do valor que é devido. Isso não quer dizer que nós não continuamos dando uma grande importância a esse mecanismo. Inclusive, um projeto brasileiro de REDD+ foi aprovado no valor de 96



milhões de dólares no início do ano pelo Conselho do Fundo Verde do Clima. De que maneira isso é contabilizado pelo Brasil? Isso tem um reflexo: quando você reduz o desmatamento, isso se reflete no seu inventário de emissões de gases de efeito estufa. Então, isso será contabilizado dessa forma. Essa é a maneira como isso funciona.

Houve uma pergunta sobre o RenovaBio. É uma política da maior importância do Governo brasileiro. O Governo está empenhadíssimo na implementação desse programa. Haverá durante a COP o Espaço Brasil, organizado e montado pelo Governo, no qual poderão ser feitas apresentações. Eu posso depois conversar com o senhor sobre isso. Eu vou colocar o senhor em contato com o pessoal para ver de que maneira nós poderíamos acomodar eventualmente um evento ou uma apresentação sobre o RenovaBio. Isso é tranquilo, é só falar com a pessoa certa no Ministério.

Quanto à interação com a sociedade civil organizada na COP, foi feita uma pergunta sobre isso. A delegação brasileira não tem nenhum problema em interagir com a sociedade civil, em ouvir a sociedade civil. Nós estaremos lá e não é do nosso feitio nos recusarmos a conversar com quem quer que seja, não só na COP, mas também aqui em Brasília. De acordo com a nossa política de portas abertas, eu nunca neguei, por exemplo, audiência nenhuma, conversa nenhuma com qualquer pessoa que tenha solicitado uma hora comigo para conversar sobre os temas que eu acompanho no meu departamento. E o mesmo se aplicará à COP.

É claro que a COP é um evento muito puxado, tem uma agenda muito carregada. A negociação de mercado de carbono que está acontecendo — e esperamos que seja finalizada — é uma negociação muito difícil na COP. Então, é claro que a equipe estará muito ocupada, mas nós estaremos sim à disposição para conversar, prestar esclarecimentos e ouvir também a sociedade civil. Isso não é um problema para a delegação brasileira.

Eu anotei, acho que foram três perguntas e vou fazer só um comentário final. É importante dizer que a questão do regime de mudança do clima não está limitada à COP25. Essa discussão vai continuar. É um ponto, é um momento de desenvolvimento do regime. Na verdade, a agenda da COP25 é bastante limitada. Então, eu acho importante ter presente que a preocupação fundamental na COP25 vai ser finalizar o livro de Regras de Paris. É verdade que é um evento também político em que os países podem aproveitar para dar declarações, para sinalizar políticas e posicionamentos, mas o



que vai ocupar mesmo a COP vai ser a conclusão dessa agenda negociadora. E é para isso que nós vamos procurar dar uma contribuição positiva para que se finalize a negociação, de maneira a permitir que o Acordo de Paris entre na sua etapa de implementação.

Quero fazer um comentário final. Eu acho que é importante ter presente — e talvez isso tenha faltado na minha intervenção — que a NDC brasileira, por maiores que sejam as críticas que se possam fazer às políticas brasileiras — e é importante que isso seja dito e bem anotado —, é uma das NDCs mais ambiciosas do mundo. Não é mais ambiciosa apenas do que a de outros países em desenvolvimento, não. É uma NDC de país desenvolvido, que é a mais avançada e a mais ambiciosa do que a de muitos países desenvolvidos. Os dados são fáceis de ser encontrados na Internet para quem quiser fazer uma comparação entre as NDCs existentes. Trata-se de uma NDC muito ambiciosa. Então, é importante que isso se tenha presente. E ela está sendo mantida, ela foi mantida pelo Governo. Então, isso pelo menos podemos dizer. Os compromissos que o Brasil tinha com relação ao regime de mudança do clima foram mantidos. E agora o que nos cabe é cumpri-los.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Peço aos palestrantes — e desde já agradeço — que sejam breves, porque nós teremos uma próxima audiência aqui neste espaço.

Eu vou passar a palavra para as considerações finais e para as respostas aos questionamentos pelo prazo de 2 minutos apenas.

O SR. ROBERTO CASTELO BRANCO COELHO DE SOUZA - Obrigado, Deputada Joenia.

Eu vou fazer um pequeno comentário com relação aos dados mencionados pelo Presidente Rodrigo Agostinho de que o Brasil é o sétimo do mundo. É verdade, mas esses dados são sempre relativos. Por exemplo, sendo o sétimo do mundo, é menos que 10% do primeiro, é menos que 20% do segundo, é menos que 30% do terceiro, é menos que 50% do quarto e é aproximadamente 50% do quinto. É verdade que o Brasil é o sétimo, mas está muito distante e muito aquém daquilo que já foi e que está contribuindo.

Faço outra observação aqui com relação ao que disse o Leonardo, além de a nossa meta ser ambiciosa, quando nós vamos para uma negociação, a outra parte não vem com bons olhos e com boa vontade também. Eles querem tirar vantagem para seus países.



Então, nós não entramos de inocente numa negociação. E há vários países que não estão cumprindo a sua NDC, mas nós estamos cumprindo a nossa. Aliás, o Deputado mencionou aqui que nós íamos para a COP de Santiago com uma posição equivocada. Mas, ao contrário disso, nós estamos participando de várias consultas e reuniões preparatórias. Houve reuniões em Bonn e na Costa Rica e a Semana do Clima em Salvador.

E aqui, aliás, tivemos uma lição muito importante. Este momento de diálogo que todos aqui pediram não ocorreu em Salvador quando nós tentamos conversar. É importante que mantenhamos o nível de diálogo para permitir que essa troca de informações e interação venha a ser útil e que o resultado que o País almeja, que a sociedade almeja e que todos almejamos seja bem observado.

Com relação ao SOS Mata Atlântica, com todo respeito, eu quero discordar das informações que foram dadas aqui. Nós temos posições diferentes. Os dados que nós apresentamos são dados oficiais. E os dados dos senhores também têm as suas fontes, mas nós estamos confiantes naquilo que estamos fazendo com os dados oficiais.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Passo a palavra, brevemente, para o Sr. Oswaldo Lucon, Coordenador Executivo do FBMC.

O SR. OSWALDO LUCON - Muito obrigado pelos 2 minutos.

Eu vou falar para os jovens que estão aqui. Nós tivemos uma reunião na semana passada com alguns grupos. Eu não deveria citar nomes, mas eu já cito: Youth Climate Leaders, Engajamundo e Global Shapers. A reunião foi muito boa em São Paulo. E está para sair um documento — e espero que eles o façam — que vou encaminhar ao Governo. Então, eu acho que essa é uma das funções do fórum.

Nós vamos tentar fazer reuniões em Santiago. Estou conversando com representantes do Governo, com a participação do Governo, para termos essa interação, se possível, dentro e fora do recinto da COP.

Vou encerrar por aqui. Também vou pedir dinheiro à Deputada. Está aqui o meu cartão.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Passo a palavra agora ao Sr. Claudio Angelo.



O SR. CLAUDIO ANGELO - Serei muito breve.

Concordo com o Leonardo e também discordo dele. É verdade que a NDC do Brasil é bastante ambiciosa, mas precisamos considerar que o mundo está se nivelando por baixo. O Brasil e a maior parte dos países cujas NDCs foram avaliadas pelo Climate Action Tracker têm metas insuficientes. A do Brasil pelo menos é apenas insuficiente; a do Chile, que é o anfitrião da Convenção, é extremamente insuficiente. Países que têm NDC considerada modelo e compatível com o Acordo de Paris são dois: acho que Gabão e Marrocos. Todos os outros têm muita coisa a fazer ainda.

Vou falar muito rapidamente sobre o comentário do Secretário Castelo Branco de que o Brasil está cumprindo a NDC. Não, o Brasil não está cumprindo a NDC! O Brasil sequer tem um plano para cumprir a NDC! Dizer que em 2015, quando a NDC foi adotada, houve uma redução de 35% em relação a 2005 é ver um quadro e se esquecer do filme. O filme que o Brasil mostra é de emissões em alta e que de forma alguma estão no trilho correto para o cumprimento da NDC.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Joenia Wapichana. REDE - RR) - Obrigada.

Quero lembrar que a partir de amanhã as apresentações dos palestrantes desta audiência pública estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente na Internet, no *link* "audiências públicas".

Agradeço a presença dos convidados, dos Parlamentares e dos demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Declaro encerrada a presente reunião, dando boa tarde às senhoras e aos senhores.

Obrigada.